ESPECIAL

50

A TRADIÇÃO DOS ESTUDOS AGRÍCOLAS NA FGV

SYLVIO WANICK RIBEIRO

É apenas para prestar ligeiro depoimento, testemunhal, evitando tanto quanto possível o sabor enfadonho dos relatórios, apesar de ser inevitável alinhar uma seqüência de fatos, pelo menos os mais destacados. Vou relembrar um pouco a trajetória, nestes últimos pouco mais de 30 anos, do Centro de Estudos Agrícolas (CEA), do IBRE, no momento em que se comemora, com justificado orgulho, o primeiro cinqüentenário de atividades da FGV.

O CEA é um pequeno núcleo, entre dezenas de outros da FGV. Nasceu para realizar, o que veio a ser o seu mais substancioso trabalho analítico: *Projeções da oferta e demanda de produtos agrícolas* (publicado em português e inglês, em mais de uma edição). Esse estudo contou também com a colaboração de economistas de outros centros do IBRE, em seções específicas, e de muitos profissionais não vinculados à FGV, distinguindo-se agrônomos e veterinários do Sistema de Extensão Rural. O projeto exigiu a realização de ampla e aprofundada pesquisa de campo, junto a estabelecimentos rurais (características econômicas das explorações) e famílias rurais (orçamentos familiares), em unidades da federação selecionadas. Requereu a coleta de dados confiáveis, a organização de inúmeras e longas séries estatísticas históricas, contínuas e censitárias, bem como freqüentes entrevistas pessoais e demorada leitura de textos de estudiosos brasileiros de renome. Foi trabalho árduo, extenuante, para uma equipe que estava começando.

A época do estudo podia ser considerada intempestiva, tendo em vista, sobretudo, que se vivia em atmosfera de grande efervescência política, até com grupos armados no meio rural, e a qual veio culminar com a chamada "revolução" de 1964. Foram dias muito difíceis. Além disso, os serviços de comunicações eram extremamente precários (às vezes demorava mais de 24 horas para completar-se uma ligação telefônica, geralmente ruim, com qualquer capital estadual), os serviços postais se mostravam muito deficientes e, destaco, o Rio de Janeiro estava sujeito diariamente a horas de interrupção total no fornecimento de energia elétrica. As grandes usinas hidrelétricas, cuja construção fora impulsionada pelo governo Kubitschek, ainda estavam a caminho, e a rede de distribuição instalada estava obsoleta. Muitos e grandes entraves foram vencidos pela equipe do CEA para cumprir o cronograma do trabalho.

O conteúdo das *Projeções* foi largamente aproveitado, durante anos, pelo própro IBRE, por órgãos governamentais e também, em dissertações acadêmicas, no Brasil e no exterior. Não mais se realizou, no país, até hoje, trabalho semelhante.

Cerca de oito anos depois, o CEA realizou pesquisa de campo assemelhada, mas com objetivo diferente, restrita às características das explorações rurais e nelas incluindo o estado do Paraná, não contemplado na anterior. Seus resultados, que foram publicados, igualmente ganharam ampla repercussão interna e externa.

Outro projeto de largo fôlego, que começou em 1966 e merece destaque não só pelo pioneirismo, mas também pela continuidade mantida até agora, refere-se ao levantamento sistemático de preços pagos e recebidos pelo produtor rural, vigentes nas porteiras dos estabelecimentos e que abrange a maioria absoluta dos municípios brasileiros. Essa coleta é mensal e a ela se agrega outra, semestral, alusiva a preços de arrendamentos, vendas de terras, salários e serviços. As informações obtidas, únicas na espécie compreendendo todo o Brasil, dão origem a milhares de índices (estaduais, regionais, nacionais, por produto, por atividades etc.), incluindo os de relações de troca, e constituem um referencial de política do setor. Cabe destacar a série de preços da terra, única existente no Brasil em nível nacional, utilizada inclusive pela Receita Federal para o balizamento do ITR. Desses levantamentos participam, ativamente, técnicos dos serviços estaduais de extensão rural, da Ceplac, do Instituto de Economia Agrícola de São Paulo, da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais e outros. A implementação desse projeto centralizado no CEA possibilita certa uniformidade de critérios de crítica estatística, que, no caso, inclui a qualificação dos dados apurados, feita por especialistas em economia rural. Vários organismos públicos e privados valem-se desses resultados em seus trabalhos. Todos os índices são regularmente publicados em *Conjuntura Econô-*

mica, no *Anuário Estatístico do Brasil* (IBGE) e, atualmente, na revista *Agroanalysis*.

Há muito mais a destacar entre os trabalhos do CEA (basta ver a lista de suas publicações), que deu e dá sua colaboração para disseminar o prestígio do IBRE e da FGV. Os estudos ganharam notória aceitação junto a eminentes pessoas e instituições. Para não mais me alongar, elejo apenas dois itens adicionais no rol das atividades do CEA.

Primeiro, a constituição de um minisserviço de documentação e uma minibiblioteca, especializados em economia rural, e cuja utilidade se expandiu sobretudo a partir da transferência dos órgãos públicos para Brasília. Aí se armazenaram, selecionadamente, teses acadêmicas das principais escolas de economia agrícola, dados e informações estatísticas, textos avulsos, livros, revistas e folhetos nacionais e estrangeiros, sendo alguns inéditos e vários raros. Essa documentação facilita muito os trabalhos dos técnicos e tem até socorrido, eventualmente, algum estudioso não integrante da FGV.

Segundo, e por último, a *Agroanalysis*, que é uma revista plenamente vitoriosa, publicada durante cerca de 13 anos consecutivos e que deu, recentemente, curta parada. Reformulou-se e agora volta, esperando mais uma vez atender aos seus leitores. No período, inseriu matéria sempre de nível, cuja autoria se deve a sua equipe e a colaboradores eventuais, preponderando as de caráter conjuntural. Foge aos modelos acadêmicos e não é propriamente jornalística, mas respeita as boas regras da economia e se distingue por uma linguagem singela e tanto quanto possível escorreita. É a mais importante revista brasileira em seu gênero.

O CEA aí está, com seus trinta e tantos anos bem vividos, tendo realizado, com parcos recursos, e equipe pequena e orçamento minguado, obra que pode ser considerada meritória. Poderia realizar mais, porém o trabalho não se constitui só de acertos, e em um centro de pesquisas também se erra com alguma freqüência. Por esse motivo, inúmeros estudos deixaram de ser concluídos ou de lograr pleno êxito.

Houve e há bons motivos para a constituição e manutenção do CEA, valendo notar, invocando François Quesnay, que a agricultura é "atividade fundamental, sem a qual nenhuma outra poderia desenvolver-se", daí ser imperioso estudá-la conveniente e permanentemente.

Outro projeto, iniciado em 1966 e ainda em vigência, é o levantamento sistemático dos preços pagos e recebidos pelo produtor rural na porteira da fazenda. Esse levantamento abrange a maioria absoluta dos municípios brasileiros.

Recorde-se que, à época da criação do CEA: a população brasileira, que crescia à taxa de quase 3% anuais, era de mais ou menos 70 milhões de habitantes (hoje são cerca de 150 milhões), sendo que uns 30 milhões (agora, 111 milhões) viviam no meio urbano e 39 milhões (no presente, 36 milhões), ou seja, quase 60%, no meio rural; em 1960, 18% do PIB provinham diretamente do setor agrícola; o número de estabelecimentos agrícolas (3,3 milhões) significava pouco mais da metade do que é hoje (6 milhões), e sua área, que era de 249 milhões de hectares, alcançou 374 milhões de hectares; o número de tratores passou de 61 mil para cerca de 670 mil, na atualidade; e o setor crescia a aproximadamente 4% anuais, oferecendo a cada ano maior disponibilidade *per capita* de produtos.

Note-se, ainda, que o país deu saltos nas décadas de 60 e 70, bastando citar como fatos capazes de influenciar sobremodo a economia agrícola: a incorporação de extensas áreas ao processo produtivo; os progressos alcançados pela agronomia; a implantação da indústria de fertilizantes e correlatos; a acentuação do subemprego rural e a crescente dificuldade de absorção da mão-de-obra no setor industrial e de serviços; a ocorrência de profundas modificações na comercialização de produtos agrícolas; a execução de novo plano viário e o aumento da frota de veículos; o alargamento do Sistema de Crédito Rural, do Serviço de Extensão Rural e da Política de Preços Mínimos; a vigorosa expansão da demanda interna de produtos agrícolas e da produção de algumas lavouras, como trigo e soja.

Encerrando. De certa feita, estava eu só e absorto, redigindo um texto, em hora morta, noturna, pós-expediente, no prédio da FGV à rua da Candelária, onde recentemente se reinstalara o CEA, quando entrou na minha sala, para minha surpresa, o presidente da FGV, dr. Luiz Simões Lopes. Conversamos longa e descontraidamente, ele que muito gostava de assuntos agrícolas, por ser agrônomo e fazendeiro. Disse-me o dr. Simões, lá pelas tantas, que precisamente ali onde estávamos, começara, em 1944, a FGV; então o criador discorreu demoradamente, mas sem pieguice, em especial sobre os precedentes e os primeiros tempos da sua criatura, que agora completa 50 anos. Ainda não é velhice, mas me faz lembrar Cora Coralina, ao falar de sua "Casa Velha da Ponte": "olho e vejo sua ancianidade vigorosa e sã"...